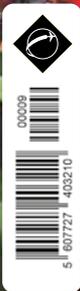


# BRASILJA.

UMA REVISTA BRASILEIRA NO MUNDO



**OS ALERTAS DO PLANETA ♦ O PAÍS DO FUTURO**  
**♦ OS EXEMPLOS DO BRASIL À EUROPA ♦ AS VOZES DA FLORESTA**  
**♦ O MANTO TUPINAMBÁ E AS SENSIBILIDADES DINAMARQUESAS**  
**♦ UM RIO DE JANEIRO SUSTENTÁVEL**

sil. O Brasil pode ser o grande destino de empresas do mundo todo que precisam acelerar os seus processos de descarbonização, porque aqui nós temos energia abundante, renovável, segura e barata. Temos estabilidade democrática, temos proximidade com os portos, temos amizade com todos os países, temos uma base industrial diversificada. Então, o Brasil pode ser o destino de empresas do mundo todo que precisam acelerar seus processos de descarbonização.

**Quais são os próximos passos para a expansão da energia eólica no Brasil e que oportunidades isso pode gerar tanto para o mercado brasileiro quanto para o acesso a novos mercados, como o europeu?**

Nós temos a regulamentação do mercado de carbono, a regulamentação das eólicas offshore, que são muito importantes. O Brasil tem mais de cem pedidos de licenciamento no Ibama para eólicas offshore, esperando a regulamentação. Eu não tenho dúvida que com as primeiras plantas de hidrogênio sendo planejadas e iniciando a construção no Brasil, com o aumento exponencial da inteligência artificial e da necessidade de data centers que consomem muita energia, muitos desses investimentos serão realizados no Brasil em função da abundância de energia renovável, especialmente eólica e fotovoltaica.

**Considera o Brasil um campo de oportunidades para investidores estrangeiros que querem acelerar seus processos de descarbonização?**

Os investidores precisam conhecer o potencial do Brasil. O nosso país é um país estratégico para a segurança alimentar, energética e climática do planeta. O Brasil pode ser grande destino de empresas do mundo todo que precisam acelerar os seus processos de descarbonização de forma segura e barata. Temos aqui oportunidades na produção de hidrogênio, na produção de energia através das eólicas offshore e onshore, através da energia fotovoltaica, do biometano, do metanol, do metanol verde. Enfim, o Brasil tem um mar de possibilidades diversas nessa

nova industrialização que o mundo precisa fazer a partir de uma matriz energética limpa.

**Como tem sido o diálogo com o Ministério de Minas e Energia?**

Nós temos trabalhado conjuntamente com todos os ministérios da Esplanada. Nesse momento, mais fortemente, com o Ministério da Fazenda e com o Ministério das Minas e Energias, além do de Meio Ambiente. Para construção da missão número cinco da Nova Indústria Brasil, que é a bioeconomia, descarbonização, transição e segurança energética, da construção da Estratégia Nacional de Bioeconomia e da Estratégia Nacional de Economia Circular. Temos trabalhado em sintonia com vários ministérios e com o Congresso Nacional no sentido de avançar a agenda regulatória e a agenda política da nova indústria Brasil.

**Em que medida o governo Jair Bolsonaro foi um retrocesso nas políticas ambientais?**

O governo Bolsonaro foi um retrocesso absoluto, tanto ao não avançar na agenda regulatória estratégica para o Brasil, como para desmobilizar todo o aparato de fiscalização que tínhamos, como o Ibama, o ICMBio. Realmente foi um retrocesso pavoroso vivido pelo Brasil. Em todos os setores.

**No que o governo Lula avançou em relação ao de Bolsonaro?**

Os avanços estão muito claros nos dados do INPE, o Instituto de Pesquisas Espaciais, mostrando a redução do desmatamento. É um dado concreto. Houve a aprovação do marco legal do hidrogênio, aprovação do Combustível do Futuro. É bom lembrar que Bolsonaro reduziu o percentual de biodiesel no diesel. Nós aumentamos. Começou com 10% até 13%. Ano que vem vai ser 14%. A lei prevê até 20%. Nós aprovamos o programa Mover, que é a mobilidade verde, criando incentivos para a descarbonização da indústria automobilística, que anunciou 130 bilhões de reais [cerca de 21 bilhões de euros] de investimentos em função dos incentivos. Não têm nem como comparar os avanços. ♦



#### \* EMISSÕES DE ESCOPO 1

São as emissões liberadas para a atmosfera como resultado direto das operações. Todos os combustíveis que produzem emissões de gases de efeito estufa devem ser incluídos no escopo 1, a combustão dos veículos pertencentes ou controlados pela empresa, por exemplo.

#### EMISSÕES DE ESCOPO 2

São as emissões indiretas, provenientes da energia elétrica utilizada na produção de bens e serviços. Ou seja, todas as emissões de gases de efeito estufa na atmosfera a partir do consumo de eletricidade, vapor, calor e refrigeração entram aqui.

# VOZES DA FLORESTA

**Fiscalização é a prioridade para moradores da reserva extrativista do Parque Nacional do Jauaperi, na fronteira entre Roraima e Amazonas. Brasil possui 96 reservas extrativistas certificadas**

GRAZIELE FREDERICO

• MILÃO

Nove nações, 47 milhões de pessoas, mais de trezentas línguas, dezenas de povos tradicionais, 2,2 milhões de indígenas, mais de quatrocentos grupos étnicos, dos quais cerca oitenta deles permanecem em isola-

mento voluntário. Quatro estações meteorológicas, águas de pelo menos três cores, florestas, savanas, montanhas, rios, lagos, cachoeiras, rochas, praias, plantações, cidades, áreas protegidas, terras exploradas para mineração, estações petrolíferas, barragens e hidroelétricas. É essa uma das tantas descrições que a bióloga italiana Emanuela Evangelista faz sobre a Amazônia

em seu livro “Amazzonia — Una vita nel cuore della foresta”, publicado na Itália em 2023 e sem tradução para o português. Neste lugar com a mais alta concentração de biodiversidade do mundo, ela encara a vida há 20 anos a partir de um ponto único: um vilarejo no interior amazônico de nome repleto de vogais, o Xixuaú. Por dez anos, Emanuela viveu entre a Itália e o Xixu-

aú e em 2013 decidiu estabelecer raízes no lugar e construiu ali uma palafita. Seu ponto de vista hoje, é mais ribeirinho do que europeu. Adotando uma casa típica amazônica, hoje chegando a 40 metros quadrados, ela abriga hóspedes humanos e não-humanos. Convive com crianças, formigas, jacarés. Seus cachorros já viram e lutaram com onças. Os insetos fazem parte da rotina, assim como o privilégio de acordar com o canto do uirapuru. Em uma casa com pouca privacidade, as pessoas chegam sem aviso prévio e com data incerta para ir embora. Na concepção ribeirinha, bastam paredes ou pilares sólidos para pendurar redes, onde dormem. No auge do acolhimento, a palafita de Manu e Francisco foi ocupada por nove adultos. A vida de Emanuela é coletiva e comunitária.

Se por um lado, ela vive em uma região remota da Amazônia brasileira, na ponta do Rio Jauaperi, no limite entre Roraima e Amazonas, a rotina de coletividade começa pela manhã com os vizinhos chegando para tomar café e pedir ou dar informações úteis. Podem falar do tempo em uma parte da floresta, da situação do rio ou da abundância ou escassez de peixes. Os recursos, os alimentos, as plantas medicinais, o combustível, quando abundantes são entendidos como legítima propriedade privada, mas assim que começam a faltar, o entendimento muda e tudo passa a ser compartilhado. Para Emanuela, é uma dinâmica simples e natural para a sobrevivência. Ela explica, por exemplo, que nenhuma plantação de ervas medicinais pode ser feita sozinha, afinal, na primeira chuva ou em uma seca mais rígida, se o indivíduo contasse apenas com sua horta particular, estaria perdido, e “ali ninguém pode correr ao médico na primeira dor ou doença”, conclui. Adoecer foi algo que a bióloga entendeu como um período de adaptação do seu corpo à floresta. “Colecionei doenças por algum tempo. O meu corpo começou a reagir àquela mudança de habitat, rotina, alimentação, exposição. Você passa de uma vida na cidade bastante sedentária para uma rotina completamente dinâmica. Tive que fazer as pazes com esse aspecto. Foi um ritual de passagem.”



Emiliano Mancuso

Quando conversei com Emanuela, ela estava na Itália, tinha vindo receber o prêmio Campiello Natura pelo seu livro. Suas primeiras palavras foram sobre a apreensão das últimas semanas com o tempo seco e a possibilidade da chegada de incêndios também à região do Xixuaú. Um incêndio florestal é algo de proporções inimagináveis. Ribeirinhos têm sempre pouco tempo e poucos meios para tentar extingui-los. Como cientista, Emanuela diz que tem uma enorme necessidade de alertar as pessoas para os riscos ambientais. A Amazônia é uma floresta tropical e, como ela enfatiza, não é nada fácil que uma região como essa, úmida, pegue fogo. “O que está acontecendo não tem nada de natural.” A preocupação com a seca e os incêndios também foi de onde partiu a conversa com Aluisio Barroso do Nascimento, ribeirinho nascido no Xixuaú e que hoje preside uma cooperativa para agricultura e o turismo sustentável na região: “É muito assustador. Estamos ainda em setembro e a água baixou muito. Não devia ser assim. Podíamos esperar um tempo seco em novembro, não agora. A cada ano a

preocupação aumenta porque o rio está baixando rápido. Qualquer fogo pode pegar e crescer.” Aluisio é agricultor e extrativista. Assim como seu pai, que sobrevivia da coleta das castanhas e de pequenas plantações, ele vê na floresta seu grande patrimônio. Com 56 anos, dois filhos adultos morando e trabalhando em Manaus, Aluisio conta que o interior sempre foi a sua casa. “Eu saí daqui quando era criança, porque meu pai teve um problema de saúde e fomos para a cidade. O meu corpo foi para lá, mas minha cabeça não. Assim que ganhei a maioria, voltei.” Ele diz que os ribeirinhos, nascidos e crescidos na Amazônia, possuem uma habilidade para se mover pela floresta e reconhecer os sinais de que ela dá, de um jeito que quem vem da cidade não percebe. “São os sentidos que continuam dormindo”, acrescenta Emanuela. A bióloga explica que nos primeiros anos, quando iniciou sua pesquisa sobre uma espécie de ariranha que está presente na região amazônica, os guias nativos diziam que ela precisava prestar atenção a todos os sinais que estavam ao redor, mesmo aqueles pequenos. Era uma atenção



e uma percepção que pediam olfato, visão e audição muito mais sofisticados. “Nosso mundo urbano criou uma espécie de anomalia com a separação e divisão dos seres humanos de outras espécies. Podemos conviver com as espécies e não precisamos eliminá-las.” Na sua vida ribeirinha, por exemplo, Emanuela aprendeu os horários em que poderia tomar banho sem o perigo de ser surpreendida por um jacaré. Entendeu como dar espaço às espécies

e conquistar o seu próprio espaço. “É uma questão de conhecimento, respeito e possibilidade de convivência. É assim que vivem os povos da floresta, é assim que eles sempre viveram.” A Amazônia é habitada há mais de 12 mil anos pelos povos tradicionais, entre eles as populações indígenas e em seguida, quilombolas e ribeirinhos. Aluisio conta que atualmente uma das iniciativas importantes para os ativistas das comunidades do Jauaperi é a reapro-

ximação com as populações indígenas próximas, especialmente dos Waimiri-Atroari: “Queremos quebrar esse tabu de indígenas de um lado e nós de outro. Sei que muitos nos veem como brancos, porque alguns indivíduos das nossas comunidades já invadiram o território dos indígenas e tiraram coisas que pertenciam a eles, mas hoje nós queremos coisas parecidas, queremos sobreviver da natureza, precisamos dessa parceria porque eles são uma força importante. Eles são unidos e sabem muito sobre a preservação da floresta.”

Manter a floresta em pé e sobreviver da natureza foram os dois objetivos que há mais de 20 anos levou os ribeirinhos a iniciar a luta pela criação de uma reserva extrativista na região do Jauaperi. Em 2001 eles enviaram o primeiro pedido formal para a criação de uma área protegida. Cinco anos depois, com a documentação necessária e uma série de informações, Aluisio e seus companheiros conseguiram fazer com que o pedido chegasse ao Ministério da Casa Civil, à época comandado por Dilma Rousseff. Emanuela — que esteve envolvida desde o início no projeto — conta que mesmo com inúmeras petições e viagens a Brasília, além de cartas de solicitação, o projeto de criação do Parque Nacional do Jauaperi ficou 11 anos engavetado. Marina Silva, em sua primeira passagem pelo Ministério do Meio Ambiente, apoiou a ideia desde o início. Em um encontro com ela, Emanuela ouviu o relato de que quando o líder seringueiro e companheiro de lutas, Chico Mendes, foi assassinado, ela estava em uma assembleia rodeada de fazendeiros que tentavam impedir a criação de um parque para a proteção de uma área de extrativistas. Na lembrança de Emanuela ficaram também as palavras sobre ser arco e flecha na vida. Segundo Marina, ora nós somos arco e estamos dando o impulso para que as ideias de outros atinjam seus alvos ora somos nós as flechas que estão acertando os objetivos. Marina disse a Emanuela que ambas eram companheiras de sonhos nesse jogo de arco e flecha para preservação da floresta. Em 5 de junho de 2018 foi oficializada a criação de uma reserva extrativista do que seria o Parque Nacional do Jauaperi.

São catorze comunidades distribuídas em cerca de 600 mil hectares nas margens dos rios Branco, Negro e Jauaperi. Ainda não foi feito um censo na região, mas segundo as estimativas de Emanuela, a reserva deve abrigar de 1 mil a 1500 moradores. “A criação da reserva foi a prova de que nós existimos. Ela é a nossa identidade. Antes não podíamos comprovar nossa profissão e nem conseguir acessar nossos direitos”, conclui Aluisio. O resultado depois de quase 20 anos de luta foi um documento que o ICMBio emite e que atesta o direito do território aos moradores e lhes dá a possibilidade de entrar nos programas do governo federal. Foi a partir da criação do parque em 2018 que trabalhadores puderam pedir a aposentadoria, mulheres conseguiram o auxílio maternidade e muitos agricultores e extrativistas ganharam créditos nos bancos. “Muitas pessoas ainda não acreditam na ideia da reserva. Vários nos acusam de ter colocado eles em uma prisão, porque agora o governo pode dizer o que podemos ou não fazer, mas na realidade vamos conquistando aos poucos nossos direitos e eu tenho a esperança de que um dia todos vão entender que nossa única possibilidade de viver bem é ter a floresta em pé.” Nesse ano foi realizada a primeira reunião para estabelecer os conselhos e votar um estatuto para o parque, mas Aluisio me disse que a maior necessidade e reivindicação é uma maior fiscalização do governo, especialmente no combate a pesca predatória na região. “As pessoas têm chegado até aqui querendo destruir tudo. Os predadores não pensam na floresta, não pensam se vai ter peixe amanhã. Meu pai sempre teve essa consciência e nós agora temos mais assistência e mais informação. As pessoas vão entender que podemos ter uma vida melhor se preservamos a floresta.” Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, existem no Brasil 96 reservas extrativistas certificadas pelo Cadastro Nacional das Unidades de Conservação. Juntas, elas abrangem uma área de cerca 15,7 milhões de hectares.

Após uma viagem para conhecer projetos de conservação ambiental, Aluisio conta ter sido particularmente impactado quando estiveram no parque dos montes Udzungwa, na Tanzânia, em



Barry Cawston

uma área de reflorestamento. “Essa viagem foi um choque. Muitas vezes a gente pensa que nossa vida é difícil, mas depois daquela viagem eu abri minha mente. Tudo pode ficar muito pior. Ali eles não tinham nada, porque não tinham a floresta”. Aluisio contou como foi impressionante ver os moradores racionando tudo, inclusive a lenha, o que implicava numa dieta muito restrita. “Eles não podiam cozinhar nada que fosse muito duro, porque não conseguiam fazer uma fogueira suficiente. Aquele lugar foi farto, mas acabou. Não tem mais animais para caçar, nem podem pegar peixes como nós.” É esse o maior temor de Aluisio e de outros ribeirinhos que lutam para a organização e proteção da reserva extrativista.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil divulgou no final de setembro deste ano um relatório no qual demonstra que as crianças sofrem hoje cinco vezes mais que seus avós, na década de 1970, com o calor extremo. Segundo os dados do documento, a média de dias com temperatura acima de 35 graus Celsius passou de 4,9 dias ao ano em 1970 para a média de 26,6 nos últimos quatro anos na década 2020. É pensando também nos filhos de seus filhos que Aluisio diz lutar pela floresta. “Talvez nós não vamos conseguir tudo, mas a melhor maneira é você preser-

var, porque alguém vai vir depois da gente e tocar os projetos que não conseguimos concluir.” Com a chegada da energia elétrica e, com ela, a televisão e a conexão à internet, muitos hábitos estão mudando. As pessoas já posam para as selfies e consomem uma infinidade de produtos industrializados que antes não faziam parte de um cenário na floresta. “Mas foi essa modernidade também que permitiu a todos eles a luta pelos próprios direitos. Sem internet quem iria mandar as petições, as cartas de solicitação pela criação do parque?”, destaca a bióloga. Emanuela intitulou seu livro que em português seria algo como “Amazônia, uma vida no coração da floresta”, porque segundo ela a sua comunidade é uma das últimas regiões de floresta intacta e se quisermos pensar o futuro da espécie, não podemos imaginar a destruição ainda maior da Amazônia. “É científico. É o equilíbrio climático da Amazônia que permite nossa vida no planeta Terra. Se passarmos daquele ponto de não retorno, se perdemos 20% da floresta, se esse equilíbrio acabar, podemos dizer adeus à luta climática, acabou. É por isso que é preciso conservar a floresta que existe, que ainda está aqui, que está em pé.” A ativista afirma que os parâmetros científicos e estudos passados demonstram que a ideia de reservas integrais onde as pessoas eram excluídas não funcionou.

Os guardiões da floresta são as comunidades tradicionais que sempre viveram ali sem destruí-la. São eles quem nos ensinam uma ideia de convivência. Ideia essa que transformou pessoalmente o jeito de Emanuela entender conceitos como autonomia ou independência. “Na Amazônia eu dependo. Dependo dos outros. Os outros dependem dos recursos. Os recursos dependem do clima. O clima depende de diversos fatores, inclusive da ação humana. No mundo em que nasci, cresci com a ilusão de ser parte de uma espécie urbana dominante e, por isso, independente.” Nas palavras que relata em seu livro, ela conclui que essa arrogância talvez tivesse continuado se ela não tivesse se encantado com a floresta e decidido criar raízes. “A vida é muito curta e a primeira lição que a Amazônia me deu foi justamente que é bom não dar conta de tudo sozinha.”

## “A Noruega doa milhões para o Fundo Amazonas enquanto suas mineradoras poluem e adoecem as pessoas”

Hamah Lidia



STEFANI COSTA

Angela Mendes tinha 17 anos quando passou a acompanhar o pai, o seringueiro, sindicalista e ativista Chico Mendes, nas viagens a Xapuri, região extrativista e de povos tradicionais no Acre. Após o assassinato do pai, em 1988, ela se manteve na luta com os trabalhadores pelo meio ambiente e a consolidação dos territórios dos povos tradicionais. De Xapuri, no Acre, ela conversou com a **BRASIL JÁ** sobre perspectivas ambientais, levando em consideração que o país sediará dois grandes eventos: a Conferência do G20, em novembro, no Rio de Janeiro, e a Conferência do Clima, a COP30 no próximo ano, em Belém, no Pará. A presidente do Comitê Chico Mendes reconhece as dificuldades enfrentadas pela administração Luiz Inácio Lula da Silva no que diz respeito aos direitos dos povos indígenas, quilombolas, passando pela demarcação de terras, o combate às queimadas e a reforma agrária, mas cobra mais empenho do presidente para cumprir suas promessas de campanha. Mendes vê positivamente o trabalho de Marina Silva à frente do Ministério do Meio Ambiente, embora lamenta sua pouca força política. Ela elogia a criação do Ministério dos Povos Indígenas e diz que as lideranças dos povos tradicionais estão prontas para assumir cargos estratégicos na gestão pública. Mendes critica, ainda, a hipocrisia europeia, que ao mesmo tempo cobra e financia a proteção amazônica enquanto manda para o Brasil empresas que poluem o meio ambiente e adoecem as pessoas. Leia parte da entrevista da ativista Angela Mendes.